

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>840.161</b>	<b>106</b>	<b>840.267</b>
Pessoal Ativo	<b>581.691</b>	<b>90</b>	<b>581.781</b>
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			<b>0</b>
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	17.437		<b>17.437</b>
Demais Despesas com Pessoal Ativo	564.254	90	<b>564.344</b>
Pessoal Inativo e Pensionistas	258.470	16	<b>258.486</b>
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			<b>0</b>
<b>(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>282.076</b>	<b>9</b>	<b>282.085</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			<b>0</b>
Decorrentes de Decisão Judicial	17.503		<b>17.503</b>
Despesas de Exercícios Anteriores	7.529		<b>7.529</b>
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	257.044	9	<b>257.053</b>
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>558.085</b>	<b>97</b>	<b>558.182</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>423.852.829</b>
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100</b>	<b>0,131670%</b>	<b>0,000023%</b>	<b>0,131692%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,239136%</b>		<b>1.013.585</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,227179%</b>		<b>962.905</b>

FONTE: SIAFI e SOF/SECOF/TRT 4ª REGIÃO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) No total do item "Sentenças Judiciais com Precatório", estão computados R\$ 13.306 mil referentes a Precatórios da Administração Direta e R\$ 4.131 mil referentes a Sentenças de Pequeno Valor (SPV), cuja dotação pertence ao orçamento deste Órgão.

3) Em atendimento à determinação contida no Acórdão 346/2006 – TCU – Plenário e Manual Técnico de Demonst. Fiscais – 1ª edição, no total das despesas com Pessoal Ativo, não foram somados R\$ 65.410 mil de Precatórios da Administração Indireta, cuja dotação não pertence ao orçamento deste Órgão.

CARLOS ALBERTO ROBINSON  
 VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

SUSANA TERESINHA MILESKI  
 ORDENADORA DE DESPESAS

TATIANA PEDRAGOSA SEVERO  
 DIRETORA SUBSTITUTA DO SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

LUIZ ANTONIO DOS SANTOS PINTO  
 DIRETOR SUBSTITUTO DA SECRETARIA DE AUDITORIA (CONTROLE INTERNO)